

RELAÇÃO ENTRE AS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE E A HIERARQUIA.

Estudo do tema na Eclesiologia de Leonardo Boff

Gabriel Ignacio Rodríguez S.J.

Não se deve esquecer que o grande desafio que vivemos na América Latina é a busca da libertação, a transformação das estruturas sociais e a busca de um homem novo, liberto de suas próprias escravidões. No Continente se ocasiona a morte de muitos homens e mulheres antes do tempo sob uma vida de opressão. A Igreja com sua missão de anunciar o Evangelho pode contribuir decisivamente na esperança que anima a entrega e o compromisso. Neste contexto e para ele, deve anunciar a "Boa Notícia" de Jesus.

Contudo, por que centrar nossa atenção em um problema interno à comunidade eclesial, se vivemos sob a urgência da transformação da sociedade e do compromisso dos cristãos nela?

Em primeiro lugar, durante os últimos 30 anos a Igreja latino-americana animou este compromisso, criou novas práticas pastorais e teologias, tentou renovar-se em suas estruturas. Contudo, percebem-se tensões que ameaçam a unidade do corpo eclesial, e, portanto, sua significação evangélica. Elas provém do sentimento, bastante generalizado, que anela avanços a nível da participação e da comunhão, como também das diversas opiniões sobre a natureza eclesial das experiências de fé surgidas no interior das práticas comprometidas na transformação social.

Mais do que nunca se experimenta a necessidade de viver e construir uma Igreja onde seja possível uma convivência humana sem dominações nem autoritarismos, onde exista um verdadeiro espírito de comunhão e participação, verdadeiro "sacramento"-sinal e instrumento eficaz da fraternidade e justiça que ela anuncia.

Em segundo lugar, a conjuntura atual, a nível da Igreja universal, apresenta uma séria preocupação por problemas internos como o evidenciam os últimos Sínodos: reconciliação (1983), celebração dos 20 anos do Vaticano II e avaliação de seus avanços (1985), laicato (1987). Nesses temas se reflete o mal estar de alguns pelas transformações operadas ou pelas que se continuam fazendo e em outros pelas que ainda é necessário realizar.

Um dos pontos que suscita maior emotividade e suspeita, é a reflexão e discussão sobre o exercício do ministério hierárquico dentro da comunidade eclesial. O Concílio viveu a tensão entre uma eclesiologia societária e uma eclesiologia de comunhão que ainda se manifesta na vida da Igreja ao interpretar como pôr em prática seu espírito e conclusões. A renovação do ministério hierárquico na direção assumida pelo Vaticano II, por Medellín e Puebla, participa desta tensão inevitavelmente.

Com o propósito de contribuir ao estudo e — o que é mais importante — à consolidação da renovação institucional que se vem abrindo ao interior da Igreja no Continente, é de notável importância refletir sobre as relações existentes entre as Comunidades Eclesiais de Base e a hierarquia na América Latina, à luz das elaborações eclesiológicas de Leonardo Boff. Esta análise encontra sua justificação em que:

— *As comunidades eclesiais de base (CEBs) nos permitem refletir sobre a dimensão comunitária na vida eclesial. Através delas, consideramos a Igreja acontecendo como "Igreja dos pobres" no Continente, "o novo modo de toda a Igreja ser".* É também refletir sobre os leigos, e estes como pobres e oprimidos, organizados dentro da Igreja, encontrando nela um espaço de liberdade para ser sujeitos de sua fé e sua vida. Sua busca de maior participação e renovação da Igreja como da sociedade nos permite refletir sobre, o compromisso dos cristãos na transformação da sociedade. Finalmente, é inevitável enfrentar o debate suscitado em alguns setores sobre sua eclesialidade².

— *Ao estudar a hierarquia estamos querendo abordar os problemas vinculados com a institucionalidade da Igreja, o poder sagrado, a autoridade na Igreja e o exercício do ministério ordenado. Importa refletir sobre as renovações do exercício da missão hierárquica existentes na vida eclesial, como também a problemática relacionada com a construção da "comunhão" entre comunidade e hierarquia.*

1 Expressão repetida muitas vezes no VI Encontro Intereclesial de CEBs (Trindade, GO), que reuniu representantes de muitas comunidades não só do Brasil, mas de outros países do Continente. CF. "CEBs: Jeito novo de toda a Igreja ser. Plenários do dia 22 de julho", *Vida Pastoral* n. 131 (1986) 2-7.

2 Cf., por exemplo, os questionamentos lançados por Dom Amaury CASTANHO, "Caminhos das CEBs no Brasil", *REB* 46 (1986) 663-665; "Caminhos das CEBs no Brasil. Eclesialidade plena ou restrita das CEBs?", *Communio* n. 32 (1987) 149-172; *Caminhos das CEBs no Brasil: reflexão crítica*, Rio de Janeiro 1987. Também, de vários autores, editado pelo CELAM, *Otra Iglesia en la basis?*, Bogotá 1985.

— Fazer este estudo na eclesiologia de *Leonardo Boff* (LB)³ é abordar um significativo teólogo latino-americano, que tem refletido sobre este ponto durante os últimos anos e se situa no âmbito da teologia da libertação (TdL). Situamo-nos na tensão existente entre a eclesiologia de comunhão a partir dos pobres e a eclesiologia que possui uma visão jurídico-societária. A eclesiologia de LB dá espaço às bases eclesiais em sua crítica ao exercício do poder e da participação na Igreja. Igualmente, significa retomar a necessidade de analisar, através das ciências sociais, a Igreja em suas dimensões sócio-históricas e institucionais, como passo prévio para uma eclesiologia.

Este estudo apresenta, em sua primeira parte, uma breve análise da natureza eclesial da reflexão de LB. Na segunda parte, para respeitar a lógica do seu pensamento, se parté de uma apresentação da realidade sócio-eclesial, de onde surgem as CEBs, aproveitando a contribuição das mediações sócio-analíticas; a seguir se reflete sobre a eclesialidade das CEBs, usando mediações hermenêutico-teológicas. A terceira parte pretende explicitar, em forma sistemática, a visão eclesiológica que sustenta a "eclesiogênese" gerada desde a periferia.

I. NATUREZA ECLESIAL DA REFLEXÃO TEOLÓGICA DE LB.

Poderíamos explicitar a natureza eclesial de sua eclesiologia a partir de quatro características:

1. *Situa-se no interior da vida da Igreja latino-americana e em*

-
- 3 As obras de Leonardo BOFF serão citadas por meio de siglas:
ATT — "Aclarações acerca de alguns temas de teologia", *Grande Sinal* 36 (1982) 357-369.
CIO — *O caminhar da Igreja com os oprimidos*, Rio de Janeiro 1980.
CTPD — "Colegialidade de todo o povo de Deus. Uma interrogação a partir da prática", *Convergência* 17 (1982) 155-167.
DAT — "Dez anos de teologia na CRB", *Convergência* 17 (1982) 155-167.
DL — *Da libertação: o teológico das libertações históricas*, Petrópolis 1979.
DLP — *Do lugar do pobre*, Petrópolis 1983.
EG — *Eclesiogênese*, Petrópolis, 1977.
FPM — *Fé na periferia do mundo*, Petrópolis 1978.
ICP — *Igreja, carisma e poder*, Petrópolis 1981.
IPF — *E a Igreja se faz povo. Eclesiogênese: a igreja que nasce da fé do povo*, Petrópolis 1986.
SFA — *São Francisco de Assis, ternura e vigor: uma leitura a partir dos pobres*, Petrópolis 1985, 3a. ed.
TCL — *Teologia do cativo e da libertação*, Lisboa 1976.
TEP — "Teologia à escuta do povo", *REB* 41 (1981) 55-118.
TSL — *A Trindade, a Sociedade e a Libertação*. Petrópolis 1986.

concreto brasileira. É uma eclesiologia de e para uma Igreja particular sem romper a comunhão com a Igreja universal; feita a partir de seus problemas e opções. Soube impulsionar e observar criticamente sua práxis eclesial, carregada de esperanças e desafios, inédita em muitos aspectos, como se observará. Teologia atenta aos problemas: define-os, reflete sobre eles e os afronta querendo encontrar soluções originais sem ser repetitiva de respostas dadas em outros contextos. Manifesta a maturidade dessa Igreja particular que assume a evangelização como um processo permanente de encarnação e de seguimento de Jesus em situações históricas irrepitíveis. Eclesiologia feita desde a "particularidade" de um contexto, mas que se propõe viver a totalidade e universalidade da fé⁴.

2. É uma *eclesiologia militante* porque quer estar comprometida ativamente com a edificação da Igreja. Não é uma eclesiologia tranqüila que já possui a verdade sobre si mesma, ou que se coloca à "margem" da vida para conhecer ou aprofundar a pura essência de sua realidade. É militante porque se lança com grande paixão sobre as urgências da realidade eclesial, ao estilo de Paulo. Não deixa de ser objetiva porque apresenta com realismo os conflitos, problemas e desafios; porque desmascara vivências cristãs pessoais e eclesiais confessadas verbalmente, porém carentes de realização histórica; militante também, porque quer situar-se dentro do dinamismo de renovação eclesial, tomando posições e obrigando a tomá-las. Evidencia o compromisso que a função de todo o teólogo possui na construção da comunidade eclesial.

3. É uma *eclesiologia fragmentária*, pela natureza de suas produções, já que estas respondem às urgências da vida eclesial que requer ajuda para o discernimento dos acontecimentos e processos que sacramentalizam de maneira diversa a realidade última do Reino. É fragmentária porque não responde a todos os assuntos de uma vez, mas não nega o que silencia ao sublinhar outros aspectos mais importantes ou urgentes. Não é imediatista e nem quer oferecer receitas. Parte dos problemas concretos, mas não se esgota neles. Situa-se dentro do horizonte global do ministério da Igreja. Fragmentária porque acompanha o caminhar de uma Igreja que vai crescendo em sua apropriação do Evangelho e da Tradição. Espera-se, contudo, uma obra sistemática de eclesiologia na qual LB quer fazer justiça à riqueza da ação do Espírito na Igreja⁵.

4. *Eclesiologia a partir do uso das mediações sócio-analíticas* (MSA). porque é uma exigência da epistemologia moderna, que evita

4 Cf. Carlos PALÁCIO, *Da polémica ao debate teológico a propósito do livro "Igreja, carisma e poder"*, Rio de Janeiro 1982, 9-10.

5 Cf. ICP, 13.

todo o romanticismo, mistificação ou fetichização do real, que pretende atribuir diretamente a Deus o que é simplesmente humano, ou considerar natural o que é simplesmente histórico⁶. Este é o aspecto mais controvertido de sua eclesiologia, que mais tem suscitado problemas para as instâncias eclesiais que possuem a missão de velar pela integridade da doutrina da fé.

Para LB, o uso das MSA está justificado pelo fato de possuir a Igreja uma realidade histórica, visível, social e institucional. Este mesmo fato lhe permite ser "sacramento" universal da salvação. Em sua reflexão LB opera a devida vigilância epistemológica no uso das MSA, evitando dois perigos: o "reducionismo sociológico" e o "bilingüismo dos discursos"; isto é, evita a incursão da epistemologia sociológica no campo teológico, como também que ambos os discursos sejam paralelos, sem nenhuma articulação, ou que sua mescla seja indiscriminada. Em suas elaborações mantém a soberania da fé apelando apenas a um uso instrumental das MSA. É a fé que determina que instrumentos e até que ponto são úteis no propósito de viver eclesialmente um amor eficaz⁷.

II. EMERGÊNCIA DOS POBRES NA SOCIEDADE E NA IGREJA:

1. Contexto sócio-eclesial que faz possível a origem das CEBs.

As CEBs surgem num contexto definido como verdadeira tragédia social. A partir da década de 60 o continente latino-americano vive a inserção no capitalismo multinacional, produzindo-se uma acelerada industrialização e empobrecimento das maiorias. Os pobres, gente de fé e oprimidos, irrompem na sociedade e na Igreja, criando grupos e organizações com o fim de defender seus direitos, obter reconhecimento como sujeito social e buscar maior participação.

Na Igreja se criam as CEBs, alcançando a partir de 1968 uma rápida expansão que configurou uma verdadeira opção dos pobres pela Igreja, anterior à opção que a Igreja faria pelos pobres, em Puebla, onze anos mais tarde.

6 Cf. *ICP*, 174-175. LB se serve dos estudos de P. BOURDIEU, *A economia das trocas simbólicas*, São Paulo, 1974; Otto MADURO, *Religião e luta de classes*, Petrópolis 1981; C. A. MEDINA — P. A. RIBEIRO DE OLIVEIRA, *Autoridade e participação: estudo sociológico da Igreja católica*, Petrópolis 1973.

7 Cf. *CIO*, 196-206. Sobre a correta articulação MSA e Teologia, ver Clodovis BOFF, *Teologia e prática: Teologia do Político e suas mediações*, Petrópolis 1978.

O surgimento das CEBs se entende nesta conjuntura social opressiva, massificante e de anonimato produzida pela sociedade moderna e capitalista que origina regimes autoritários. Simultaneamente, a conjuntura eclesial caracterizada pela carência de ministros ordenados, impulsionou alguns setores da Igreja a realizar experiências, entregando certa responsabilidade aos leigos na condução de ações pastorais⁸.

2. Convergência entre as CEBs e a Igreja Institucional.

LB considera que as CEBs são uma das manifestações mais originais da fé vivida na América Latina: são mais que um instrumento pastoral, mais que uma extensão da paróquia ou grupo devocional; mais que uma capela ou movimento dentro da Igreja. São verdadeira Igreja, surgida desde os porões da humanidade, Igreja dos pobres. O processo de sua tomada de consciência e participação passa, geralmente, em primeiro lugar, por um descobrir-se como Igreja, logo por perceber o valor e a dignidade da vida e, finalmente, por julgar criticamente a sociedade a nível religioso, moral, econômico e político.

Os cristãos das CEBs, junto com outros setores eclesiais, querendo viver sua fé assumem um compromisso libertador no empenho de transformar as estruturas sociais e de buscar modelos de convivência social de maior comunhão e participação. Este compromisso traz também consigo exigências de renovação para as estruturas e instituições eclesiais, como se foi revelando no processo levado adiante pelas CEBs, a partir de 1975⁹.

Por outro lado, LB percebe também uma caminhada da Igreja institucional desejosa de *encarnar-se no "submundo" dos pobres*. Num primeiro momento, pelo compromisso de setores do laicato pertencentes aos níveis médios da sociedade, que ao impulsionar um projeto de molde socialista terminou em ruptura com a hierarquia. Num segundo momento, a partir de 1968 até hoje, pela convergência entre a Igreja-instituição e a Igreja-rede de comunidades. Processo de encarnação nas classes subalternas estimulado pela opção preferencial pelos empobrecidos, com uma ênfase na práxis da fé, entendida em sua expressão social, como um trabalho ativo em favor da libertação¹⁰.

8 Para encontrar uma ampliação dessa análise de LB, podem consultar-se as seguintes obras: *EG* 9, 12; *ICP* 23; *CIO* 22, 23, 123, 247; *FPM* 58, 96; *DLP* 19ss; *IFP* 21, 93-94, 250ss.

9 Uma ampliação dessas análises de LB podem encontrar-se em *CIO* 25, 123; *DLP* 59; *ICP* 19, 72, 109, 190, 208; *IFP* 35, 70, 94-95; *ICP* 204 ss; *CTPD*, 650.

10 Cf. *CIO*, 68, 72-75; *FPM* 82-83; *DAT* 157; *TCL* 213ss.

Múltiplos *documentos episcopais*, entre os quais sobressaem Medellín e Puebla, manifestam o compromisso assumido pela hierarquia e, com ela, por toda a Igreja, de trabalhar pelas transformações qualitativas da sociedade. Uma nova consciência e uma nova prática que produzem, eclesialmente, um *êxodo do centro para a periferia*; aí se percebem os pobres como irmãos menores de Jesus, a violência do sistema, a força histórica e o potencial evangelizador dos pobres, e se recuperam os dinamismos de transformação social próprios da fé. Fortalece-se a consciência de que o bispo que não se faz "defensor et procurator pauperum" trai a prática de Jesus. Redescobre-se na Igreja a profecia como denúncia da injustiça, suscitam-se tensões com o poder estabelecido, sofre-se a perseguição e o martírio, e a Igreja se faz presente na sociedade pelo testemunho e não pelo poder¹¹.

A *opção pelos empobrecidos* feita pela Igreja na América-Latina corresponde a uma opção pelos próprios cristãos: sua condução ministerial se converte à outra parte, as imensas maiorias pobres; forma eminente desta opção é permitir que eles se constituam em Igreja através das CEBs. Esta opção possui um fundamento divino, jesuânico e apostólico, cobre todas as classes sociais, pois a todos faz exigências, e leva a Igreja a uma mudança de lugar social. Unida ao bloco hegemônico era uma Igreja *para* os pobres; agora pretende ser uma Igreja *com* os pobres para chegar a ser Igreja dos pobres¹².

A Igreja-instituição desde seu novo *lugar social* começa a exercer uma *nova função social* ao não legitimar o poder, ao assumir uma atitude crítica, ao dar apoio aos grupos que buscam uma sociedade alternativa, ao exercer uma função tribunícia, sendo voz dos sem voz, e ao oferecer em seu interior liberdade para a reflexão e discussão dos problemas da sociedade à luz da fé. Com as CEBs, a Igreja possibilita a reconstituição do tecido social, a constituição da massa em verdadeiro povo, a conscientização desfatalizando a pobreza, e o ensaio de uma democra-

11 Cf. uma ampliação destas análises em *CIO* 66, 74ss. 80, 117-118, 219; *DAT* 157; *TCL* 213ss; *ICP* 106; *DLP* 27-32, 51, 53; *DL* 40-45; *SFA* 74. São de particular importância as seguintes declarações da CNBB: "Eu ouvi os clamores do meu povo" (1973), "Marginalização de um povo" (1974), "Exigências cristãs de uma ordem política".

12 Vejam-se *IFP* 162; *DLP* 25, 53; *CIO* 134, 187; *FPM* 64; *SFA* 72-76. Na América Latina a realidade dos pobres, nos últimos anos, se tornou uma questão fundamental. A preocupação por esta opção revela para LB a má consciência da Igreja: ela não é pobre. Só os não-pobres têm problemas com ela (*TLC* 221).

cia participativa, verdadeira semente de uma nova sociedade e canteiro de agentes de transformação¹³.

Esta Igreja dos pobres, onde as CEBs ocupam um lugar central, tem na *teologia da libertação* (TdL) a teoria de sua prática. A significação das CEBs reside nessa capacidade de articulação prática da TdL, que ajuda na tomada de consciência do pecado pessoal e estrutural, como também na busca de mediações da graça, pela solidariedade e a justiça¹⁴.

Em síntese, LB percebe uma mudança qualitativa na Igreja que poderia expressar-se em quatro aspectos: 1) A Igreja quer fazer-se "bom samaritano" do homem latino-americano, despojado e empobrecido, ao optar preferencialmente pelos pobres, verdadeira "revolução copernicana" na Igreja e na teologia; 2) desempenhar uma nova função social de caráter profético, não legitimadora da injustiça, passando a ser perseguida, caluniada e reprimida 3) permitindo que os pobres sejam sujeitos e criadores de eclesialidade no interior da própria Igreja sem receber tutelas ou paternalismos; e 4) encontrando uma forma de evangelização que articula libertação pessoal e social, fazendo com que a fé seja uma esperança ativa capaz de transformações históricas¹⁵.

3. Tensões e conflitos no interior da Igreja com as CEBs.

Não surgiram por problemas dogmáticos, nem tampouco por confrontação entre a Igreja-instituição e a Igreja-rede de comunidades, ou por rejeição da hierarquia.

Para LB o conflito principal é de natureza política e surge das diversas posições dos cristãos diante do fato real da luta de classes. O conflito se manifesta entre uma Igreja (conjunto de serviços, ministros e comunidades) comprometida com os pobres, legitimando seus anseios de libertação a partir da encarnação em sua cultura e problemática, e outra Igreja que indiferente ao problema social se encontra mais vinculado aos beneficiados do sistema, participando dos interesses dos que não querem transformações. Para as CEBs, esta contradição não é percebida como principal. Mas é o enfrentamento com os Estados que possi-

13 Cf. *CIO*, 113, 134; *ICP* 40; *TCL* 10; *FPM* 95; *IFP* 78, 92. LB se sente em muitos pontos devedor de Clodovis Boff, entre eles os relacionados com o método da TdL e a articulação dos cristãos na política partidária (*FPM* 95). Este conceito de "lugar social" é trabalhado por Cl. Boff na *ob. cit.* (na nota 7), 57-66.

14 Cf. *IFP* 20, 102; *DLP* 11, 24-27, 39-41.

15 Cf. *DLP* 45-62; *FPM* 65-69, 82-85; *CIO* 117-119.

bilitam a injustiça. Conflito, em primeiro lugar, por causa do lugar social e derivadamente eclesial.¹⁶

Os conflitos que surgem em relação à estrutura interna da Igreja provém, para LB, de que a atual estrutura de poder é devedora de instituições romanas e feudais, criando choques com a atual consciência dos direitos humanos. Frequentemente, os que estão vinculados aos setores hegemônicos realizam práticas autoritárias, de centralização, e paternalistas, enquanto os setores vinculados aos interesses de transformação desenvolvem em seu interior práticas e atitudes mais democráticas ou de participação¹⁷.

Frequentemente causam tensões e conflitos quatro *obstáculos que não permitem* compreender as CEBs:

— Os *preconceitos intelectualistas* que desconfiam do saber e do poder do povo e dos pobres (IFP 72).

— A *desinformação* misturada com curiosidade e sentimento de ameaça as imagina como uma "Igreja alternativa", como uma "Igreja popular e carismática", carente de instituições e hierarquia. Esta desinformação é usada para combatê-las sob um pretenso zelo pela fé (VFP 81).

— A *diversidade dos lugares sociais* ocupados por uma "Igreja tradicionalista" que não assume nem mesmo o mundo moderno, ou por uma "Igreja progressista" que responde à problemática do mundo técnico-científico, próprio do homem formado academicamente¹⁸.

— A *concepção monárquico-piramidal* da Igreja, que, embora oficialmente superada pelo Vaticano II, continua entendendo o poder sagrado na Igreja com um esquema vertical: Deus-Cristo-apóstolos-bispos-sacerdotes-fiéis. Visão consagrada dogmáticamente, socializada pela teologia e interiorizada pelos ministros. É a versão oficial no Ocidente por séculos, entrando em vigor desde o século XII ao substituir uma eclesiologia de comunhão e leva a uma identificação entre hierarquia e Igreja, sendo os leigos considerados na esfera do secular. A Igreja se entende como sociedade perfeita, desigual e de instituição divina. A unidade é uniformidade e a comunhão é pensada a partir da hierarquia.

16 Cf. TEP 117; IFP 56, 58; DL 20; CIO 38-39, 73-74, 76, 198; ICP 60, 82.

17 Cf. ICP 70-83; IFP 58.

18 Cf. ICP 21-23, 94-95; CIO 38, 63, 78, 130. Ao falar de "Igreja tradicionalista" se refere à que dificilmente assume o mundo moderno: é contra a Reforma (1521), contra as revoluções (1789), contra as liberdades de consciência, opinião etc. Por "Igreja progressista" se entende a oficialmente assumida no Vaticano II.

Uma visão analítica desta visão ou concepção permite ver que criou dois tipos de cristãos: clero e fiéis, governantes e governados, celebrantes e assistentes, produtores de valores religiosos e consumidores. Igreja construída ao redor do clero. Esta articulação do poder sagrado gerou marginalidade, subdesenvolvimento religioso e a cultura do silêncio no interior da Igreja. Foi mais uma teocracia que uma adelfocracia (poder igualitário entre irmãos)¹⁹.

4. Valor eclesial e teológico das CEBs.

Os anteriores conflitos não indicariam que a natureza das CEBs não é eclesial? No máximo seriam grupos com elementos eclesiais, que tendem a uma vida paralela em relação à Igreja institucional?

LB usa dois caminhos para discernir a eclesialidade das CEBs. O primeiro, a partir das relações entre a Igreja universal e a Igreja particular, concluindo que as CEBs são verdadeira Igreja universal concretizada a nível de pequenos grupos. Dado que a fé é basicamente comunhão com Deus e com os irmãos, o fiel já é por sua fé-comunhão expressão da Igreja universal; expressão mais perceptível quando os cristãos se reúnem para celebrar e servir a salvação e, muitos mais, se possuem os símbolos de unidade entre si e com outras comunidades e celebram a Ceia do Senhor (EG 28-34).

O segundo caminho é o da sacramentalidade, a partir de LG 16. O Concílio concede diversas densidades da eclesialidade "para fora", partindo da Igreja católica; com maior razão poderiam encontrar-se estes elementos de eclesialidade em seu próprio interior. Assim considera que as CEBs se constituem em Igreja visível por quatro elementos: pela fé que acolhe a palavra de Deus, vive a prática de Jesus confiando no

19 Cf. CIO 67-68, 171; EG 41, 47, 51; ICP 31, 70-73, 75, 88-89, 95, 180, 207; IFP 58-59, 169. Para superação do cristomonismo que sustenta esta visão monárquico-piramidal, cf. mais adiante III, 1. LB percebe que nesta concepção se chegou a verdadeiros exegeros heréticos: Papa considerado Deus visível, Deus terreno, para ser cada vez menos "sucessor de Pedro". Cf. ICP 89. Também J. M. R. TILLARD, *O Bispo de Roma*, São Paulo 1985, 63-75, 120. Para LB, esta concepção viveu uma amnésia do Deus Trindade: cf. "A Santíssima Trindade é a melhor comunidade. Dimensões trinitárias do processo libertador", *Grande Sinal* 41 ((1987) 407-427, 415ss. Para Gregório XVI (1831-1846), na Igreja uns governam e outros são servidores por vontade de Deus. Para Pio X só os pastores podem governar e a massa não tem nenhum direito. Cf. ICP 218. Cf. Y CONGAR, *L'Église, de Saint Augustin à l'époque moderne*, Paris 1970.

Espírito Santo; pelas celebrações da fé que definem seu caráter especificamente eclesial; pela comunhão que cria fraternidade evangélica na complementariedade de funções e reformula a comunhão de todos; pela missão que se realiza na pastoral e na profecia²⁰.

Em síntese, LB considera as CEBs como verdadeira Igreja, como "*eclesiogênese*" a partir da periferia. Por elas surge uma nova Igreja que tem como eixo a participação do leigo no poder sagrado e a Palavra de Deus; obra do Espírito Santo renovador que não reproduz o sistema eclesiástico centrado no eixo sacerdotal e nos sacramentos. É uma Igreja surgida dos pobres que concretiza o capítulo II da LG²¹. Manifesta-se como:

— Uma *reinvenção da Igreja a partir da base*, integrada não só por leigos como também por cardeais, bispos, sacerdotes e religiosos(as). Os bispos "descem" e os leigos "sobem" para relacionar-se todos como irmãos. Surge da encarnação num continente "virgem": o "continente dos pobres". Igreja que assume o "kairós" de viver todo o cristianismo a partir dos condenados da terra para realizar o projeto do pobre Jesus de Nazaré²².

— Uma *nova maneira de ser Igreja* experimentada mais como acontecimento, sem monopólio do saber, do falar ou de elites especializadas. Nascida da palavra de Deus, vive uma estreita relação fé-vida. Em seu interior se manifesta como "Igreja-toda-ela-povo-de-Deus" e para fora se manifesta como "Povo-de-Deus-em-marcha", com Koinonia de poder, toda ministerial, "diáspora" cristã no tecido social, libertadora de toda a opressão, sacramento e prolongação da tradição de Jesus, dos apóstolos e da Igreja primitiva²³.

— Uma *Igreja nova que está em comunhão com a velha Igreja-instituição*. Uma se manifesta como rede de comunidades e a outra como rede de serviços. Longe de um paralelismo ou oposição, ambas convergem realizando funções diferentes. As duas, em relação estreita, se estão exigindo mutuamente para construir juntas no mundo o sacramento da libertação de Jesus Cristo²⁴.

20 Cf. EG 35-36; IFP 75, 87-89.

21 Cf. CIO 122, 204, 213, 148; TEP 90; EG 40.

22 Cf. IFP 54, 81; DLP 42-44, 59, 70; CIO 95, 126; ICP 80, 99-100.

23 Cf. IFP 22, 39, 46, 68, 82; ICP 184-190, 198, 202-203; DLP 33; CIO 125s.

24 Cf. ICP 106, 108-109, 190, 196, 210-211; CIO 126; FPM 86-91 IFP 34; EG 15-17, 19.

— Um *novo exercício do poder sagrado* por sua distribuição na doutrina, no culto e na organização. Não é uma Igreja anti-hierárquica, mas pede que a hierarquia faça parte do povo simples, deixando de lado todo o privilégio, prepotência e autoritarismo. Sinais desta convivência já existem na vida eclesial²⁵.

Para LB se devem considerar as CEBs com o respeito devido aos fatos salvíficos: é necessário olhá-las com novos olhos. Contudo, pastores e teólogos devem manter a vigilância crítica para o seu discernimento, permitindo-lhes autonomia. Mais profundamente propõe uma verdadeira *ética do trabalho com o povo* que implica identificação com seus valores, vivência do amor e confiança em suas capacidades, apreço pela cultura popular e, sobretudo, atitude de serviço, exercendo o poder junto com, ao lado de, em meio de, e não para o povo²⁶.

III. ECLESIOLOGIA QUE SUSTENTA A “ECLESIOGÊNESE” A PARTIR DA BASE

1. A Igreja, comunidade messiânica em permanente edificação

Com o propósito de captar, na medida do possível, se Jesus fundou a Igreja com certas estruturas fundamentais ou se estabeleceu determinadas formas institucionais, a exegese católica atual se inclina a afirmar que Jesus criou os fundamentos para o seu nascimento pós-pascal, mas, em sua vida terrena, preocupado pela iminência escatológica, não teria tido em mente uma institucionalidade definida. Esta, no entanto, foi desenvolvida pelos apóstolos depois da morte e ressurreição, partindo dos elementos oferecidos pelo Jesus histórico (os Doze, anúncio e realização do Reino, morte e ressurreição, a ceia) sob a inspiração do Espírito Santo. Por isso, a correta fundamentação da Igreja é cristológica e pneumatológica²⁷.

25 Cf. *IFP* 54, 56, 70, 80, 95; *TEP* 84. A este respeito podem encontrar-se numerosos testemunhos da nova relação estabelecida entre hierarquia e povo de Deus. Cf. *REB* 46 (1986) 521s, 524, 529-530.

26 Cf. *EG* 10, 11; *DL* 20; *IFP* 120-131.

27 Cf. *EG* 17, 44, 46, 53, 56-58; *TEP* 57; *ICP* 102-105, 122-123. Entre os exegetas católicos que consideram que a Igreja institucional não estava no pensamento do Jesus histórico, LB cita R. Schnackenburg, J. Blank, A. Vögtle; entre os teólogos sistemáticos, E. Peterson, J. Ratzinger, H. Küng e ele mesmo. Esta corrente de interpretação corresponde mais à escola alemã. Há outra escola católica, a dogmática, que considera que a Igreja está presente no anúncio do Reino e na atuação de Jesus.

A Igreja continuará viva na medida em que haja homens e mulheres que com fé no Ressuscitado e no seu Espírito renovem a decisão comunitária de seguir a Jesus, guiados pelo Espírito e a encarnem nas situações novas da história. A unidade originária do elemento cristológico e pneumatológico é intratrinitária e se manifesta em toda a economia salvífica: o elemento cristológico dá a dimensão de continuidade, de encarnação; o elemento pneumatológico dá a dimensão de descontinuidade, de renovação, de criação. Ambos constituem a dinâmica tensa e viva da comunidade cristã²⁸.

LB pode afirmar, com Congar, que Jesus quis e continua querendo aquela forma institucional que a comunidade apostólica encontrou naquela situação: comunidade estruturada, toda santa, toda sacerdotal, profética, missionária, apostólica, com uns ministros livremente suscitados pelo Espírito e outros ligados à instituição dos Doze pela imposição das mãos (EG 46).

Igreja que surge do envio em missão dos Doze por Jesus e é impulsionada pelo Espírito de Pentecostes. Ela será para o mundo um sacramento²⁹, isto é, um mistério derivado de outros mais fundamentais: o plano salvífico do Pai, o Reino, a ação do Espírito Santo no mundo. Publicamente ela realiza a comunhão que Deus quer para toda a humanidade, celebra a salvação realizada através dos sacramentos e manifesta a união histórico-social do espiritual com o divino. Mistério da Igreja que encontra quatro realizações principais: como comunidade-comunhão, como Povo de Deus, Corpo de Cristo, como Igreja dos pobres (IFP 29-36).

Deve ser construída continuamente. O cristianismo não existe fora das concretizações históricas e nele se vive a dinâmica dialética de "identidade" e "não-identidade". Esta lhe permite ir assumindo diversas encarnações ou mediações e, por sua vez, permanecer livre para deixar as anteriores e assumir outras novas que lhe permitam uma vivência mais autêntica. Por este motivo a "re-invenção" da Igreja existe desde o

28 Cf. ICP 222-227; EG 68s, 70; TSL, 237; IFP 65.

29 LB desenvolveu uma rica elaboração sobre o significado do conceito "sacramento". Cf. *Die Kirche als Sakrament im Horizont der Weiterfahrung*, Paderborn 1972. Veja-se também "O que significa propriamente sacramento?", REB 34 (1974) 860-895; "O pensar sacramental: sua estrutura e articulação (I)", REB 35 (1975) 515-541; "O pensar sacramental: sua fundamentação e legitimidade (II)", REB 36 (1976) 365-402. Suas considerações sobre sacramento-instrumento, sacramento-sinal profético, suas realizações históricas e suas avaliações, em TCL, 201-220.

tempo de Jesus. É uma realidade que cresce, se renova, responde aos novos desafios históricos. A supressão da dinâmica de "não-identidade" pode levar a patologias que sacralizam determinadas encarnações³⁰.

2. A comunidade, estrutura básica da Igreja Povo de Deus.

A Igreja é entendida como um acontecimento comunitário. É a "comunitas fidelium", onde existe uma igualdade fundamental porque todos, pelo batismo, somos integrados no Povo de Deus; todos, em primeiro lugar, somos "laós" de Deus, leigos, todos irmãos, todos submergidos no Ressuscitado e todos ungidos pelo Espírito Santo³¹.

A "comunhão" constitui o conceito-chave de toda a compreensão do mistério da Igreja. Existe comunhão na Igreja porque todos participam, pela fé e sacramentos, da graça divina. Todos os cristãos possuem a responsabilidade de viver a partir da comunhão com Deus, traduzindo-a em comunhão humana. Todos são ativos nesta missão. Pela criação de comunhão todos os cristãos são criadores de "substância" comunitária ou eclesial. A comunhão é a primeira e última palavra do mistério trinitário. Verdadeiro programa social e eclesial. Por isso, a comunhão trinitária é o fundamento da comunhão eclesial. A Igreja é sacramento histórico da Trindade; mas será na medida em que supere as desigualdades entre os cristãos, entre os diversos serviços eclesiais e aceite viver a unidade na diversidade³².

Para LB, a comunidade não pode carecer de dimensão institucional; mas esta se encontra a serviço ou em função da comunidade. A dimensão institucional também deve viver a conversão permanente para não correr o risco de subrepôr-se à comunidade, constituindo-se num sistema de poder que reprime toda criatividade ou crítica comunitária³³.

Na comunidade os carismas não suscitados pelo Espírito e constituem o princípio diferenciador e organizador. Cada cristão é portador de carismas para o bem comum. Não há membros passivos. A multiplicidade de dons não ameaça a unidade senão que a enriquece. O modelo "pericorético", que provém da Trindade, submete todos os serviços ao imperativo da comunhão e da participação. Todos os carismas são fundamentais e não acidentais; por isso, não devem ser simplesmente tolerados mas assumidos.

30 Cf. *ICP* 121, 132s, 137-141, 165; *IFP* 60ss.; *EG* 38.

31 Cf. *ICP* 26, 206, 235; *EG* 42, 78, 102; *TSL* 272.

32 Cf. *CTPD* 651-652, 654; *TSL* 29, 137, 253, 162-168, 191, 284; *EG* 36.

33 Cf. *EG* 15, 16, 19; *ICP* 83-84, 324.

Nesta estrutura carismática da Igreja se inclui o elemento hierárquico e o institucional. Os carismas não se opõem à instituição; são seu fundamento e a mantêm viva. O que se opõe ao carisma é o egoísmo e a ânsia de poder. A distinção entre hierarquia e laicato é secundária, já que é estabelecida a partir de uma igualdade fundamental. Os ministérios são funções de serviços ao povo de Deus, dentro dele e em seu favor. O poder pode exercer-se na Igreja como carisma, desde que seja exercido como serviço e construa a justiça. Contudo, o carisma superior é o amor. É o carisma dos carismas³⁴.

As CEBs encarnam mais a dimensão carismática, mas nelas e para elas não se prescinde da instituição. Existem numerosos ministérios leigos nos quais se manifesta a comunidade como sujeito do poder religioso; não se rejeitam os ministérios clássicos vinculados ao sacramento da ordem, mas são transformados em seu estilo. Esta renovação trazida pelas bases populares permite o equilíbrio de dois momentos salvíficos, o cristológico e o pneumatológico, na ação de Deus: a integração dos ministérios tradicionais dentro dos processos comunitários e a acolhida dos novos serviços surgidos da base dentro da eclesialidade institucional (*IFP* 62-66).

Esta imensa rede de CEBs existentes na América Latina concretizam e enriquecem o conceito de Povo de Deus do Vaticano II. A imensa massa de fiéis se foi tornando, pela ação do Espírito, na base e na hierarquia, uma imensa rede de comunicação com um projeto que permite a eclosão do Povo de Deus (*IFP* 40-65).

3. A presença renovada da hierarquia na comunidade cristã.

Pelo batismo todos os cristãos participam no sacerdócio de Cristo (LG 10). Sendo uma comunidade sacerdotal, possui uma hierarquização de seus carismas e funções.

Pelo sacramento da ordem a comunidade cristã especifica numa pessoa, de maneira oficial e pública, o carisma da unidade e da presidência, para conduzir a comunidade em nome de Cristo. Sua função é sacramentalizar a Cristo na Igreja. O sacramento não confere exclusividade mas sim visibilidade mais profunda duma realidade que todos devem buscar. Desta forma, o lugar da hierarquia é em, por, e para a comunidade: não fora ou sobre ela para constituí-la. A hierarquia é um estado

34 Cf. *ICP* 234, 237-243, 246-247, 327; *TSL* 191, 237-239; *EG* 102. Em suas considerações sobre a estrutura carismática da Igreja, LB recebe a contribuição de G. HASENHÜTTL, *Charisma, Ordnungsprinzip der Kirche*, Freiburg 1969. Recensão desta obra por LB em *REB* 30 (1970) 743-746.

carismático dentro da comunidade eclesial e se insere nela ao lado dos outros sem perder o valor sacramental³⁵.

Esta forma de pensar não constitui um questionamento da autoridade hierárquica, senão das formas históricas excludentes e das teologias que as fundamentaram. Para a autoridade ser evangélica deve basear-se na igualdade e no serviço. Sua evangelização se dá por um processo de circularidade dialética de que raramente se toma consciência: o bispo evangeliza o povo e o povo evangeliza o bispo. Na experiência da Igreja na América Latina os grandes evangelizadores da hierarquia foram os pobres através das CEBs³⁶.

Para LB, propriamente na Igreja não se estabelece uma hierarquia (poder sagrado), senão uma "hierodulia" (serviço sagrado). A hierarquia é basicamente servidora da comunidade!

— Em primeiro lugar *serve à comunhão* sendo responsável pela unidade, direção e proteção de todos os carismas, integrando, impedindo divisões, mantendo a circularidade e evitando as sobreposições. Seu exercício exige possuir outros carismas como a capacidade de diálogo, de escuta, de serenidade, de conhecimento dos homens. O serviço à comunhão pede que este se entenda em "dois sentidos", isto é, da hierarquia para a comunidade e da comunidade para a hierarquia.

— Em segundo lugar, *exerce o serviço do pastoreio* no conhecer, cuidar e proteger as ovelhas, oferecendo-se a dar a vida por elas. Como pastor deve animar a esperança e confirmar na fé, fazendo mais real e possível uma sociedade na qual todos vivam fraternalmente na justiça. Todas as realidades humanas pertencem ao pastoreio do bispo. Sua atuação se dá num campo mais amplo que o político partidário: o campo das motivações e princípios.

— Em terceiro lugar, possui uma *competência profética* tendo como missão ser mestra da verdade plena, não somente de Deus, de Cristo, da Igreja e do homem, senão também da verdade, da pobreza, da exploração sofrida pelo povo, da ilegalidade de todo o autoritarismo, e da verdade das cruzes que esmagam e martirizam os pobres.

— Em quarto lugar, a hierarquia *exerce o serviço da presidência litúrgica e da ação eucarística*, atuando "in nomine Christi et in persona Spiritus Sancti" com a Igreja³⁷.

35 Cf. EG 78-79, 100s, 105; IFP 51, 64-65ss.

36 Cf. ICP 76, 78s. 237; TSL 34, 190; TCL 167; DLP 38-39.

37 Cf. EG 44, 71, 73s, 76-77, 104-105; ICP 54, 66, 247-249, 306; IFP 60s, 86; CIO 144, 250; DLP 125-129.

Na vida das CEBs a presença da hierarquia assume novas funções. Não perde as anteriores senão que as situa em melhores condições para ver sua natureza teológica: são menos autoridade e mais pastores; vivem mais evangelicamente estando no meio do povo, caminhando com as comunidades, assumindo suas buscas e problemas. Supera-se a relação vertical (bispo-padre-fiel) por outra com esquema triangular que permite a participação do leigo conseguindo comunicação direta em todos os sentidos (EG 49).

Surge a figura do bispo amigo e coordenador de seu presbitério, pastor no meio das comunidades, dando testemunho da fé comum e aprendendo dos irmãos. Possibilita que tudo circule, tudo seja discutido em comunhão e as responsabilidades assumidas coletivamente. O espírito de uma Igreja provém do seu bispo: fraternidade, liberdade responsável, ausência de ameaças, alegria e abnegação, laços e limites da Igreja local em sua relação com a Igreja universal, coragem para criar junto com o povo. Porém se dá também o processo inverso porque onde há comunicação entre CEBs e bispos, estas têm dado grande contribuição à Igreja, fazendo os bispos mais simples, fraternos, pobres e sensíveis à dor dos humildes (TEP 92, 117; IFP 60s).

Tradicionalmente se estabelecia a distinção entre "Igreja discente" (para o povo de Deus) e "Igreja docente" (aplicado à hierarquia). Igualmente se considerou com exclusividade que os bispos eram sucessores dos apóstolos e que só a eles era possível a colegialidade. A Eclesiologia de comunhão em que se situa LB elabora estes conceitos de forma diversa.

Para LB toda a Igreja, inclusive a hierarquia, pode considerar-se num primeiro momento, Igreja discente, porque toda ela surge da "resposta" à "pro-posta" de Deus; toda ela é discípula, ouvinte da Palavra é, Igreja docente e, só depois, dá testemunho dos acontecimentos salvíficos. Porém da mesma maneira, toda a Igreja é docente porque todos são enviados a anunciar o Evangelho e todos são portadores do Espírito. Docência e discência são duas funções, não duas facções da Igreja; manifestam dois momentos: um de ouvir e outro de anunciar (ICP 213-218).

A apostolicidade é uma nota de toda a Igreja. É possível entender a sucessão apostólica como fidelidade substancial à doutrina apostólica. Cada cristão é sucessor dos apóstolos ao ser herdeiro da fé apostólica, por sua convocação ao seguimento de Jesus e a ser co-responsável pela unidade da Igreja. Esta visão não exclui a apostolicidade do ministério em continuidade histórica com o ministério dos Doze, sendo os bispos

os sucessores da função apostólica no interior da comunidade cristã³⁸.

Ordinariamente se pensa que a colegialidade é uma característica própria da hierarquia. Para LB, é uma característica de toda a Igreja. O ser comunitário manifesta o ser mais profundo da Igreja e o ser colegial manifesta o modo de operar, de atuar, deste ser comunitário. A colegialidade aponta à Igreja-comunhão-comunidade em ação, assumindo tarefas (carismas) de maneira corresponsável em vista do bem comum.

A colegialidade de toda a Igreja encontra seu fundamento no colégio dos apóstolos, comunidade de iguais, com Pedro como responsável. O colégio apóstólico é a comunidade primordial da qual a Igreja é um prolongamento. A colegialidade está fundamentada também na prática da Igreja antiga que a viveu a partir da participação dos fiéis nas decisões da vida da Igreja, particularmente na eleição de seus ministros. Colegialidade que hoje se vive não só nas altas esferas hierárquicas da Igreja senão de maneira renovada nas CEBs em suas diversas práticas, prometendo para o futuro uma maior ação conjunta com a hierarquia no planejamento e na tomada de decisões da vida eclesial (CTPD 625-656).

IV. APRECIÇÕES CRÍTICAS À ECLESIOLOGIA DE LB.

As principais críticas feitas ao pensamento de LB poderiam resumir-se nas seguintes observações:

1. Visão do Espírito Santo muito independente da obra do Filho, possibilitando uma Igreja sacramento do Espírito Santo que poderia mudar à vontade as instituições segundo as urgências da situação, levando a uma relativização do dogma, da hierarquia e das instituições eclesiais (Kloppenburger, Congregação para a Doutrina da Fé)³⁹.

2. Operar uma "subversão" da dimensão religiosa e misteriosa da realidade da Igreja ao introduzir elementos próprios das MSA provenientes

³⁸ Cf. AATT 368; ICP 193-194. Neste mesmo sentido H. MÜHLEN, *El Espíritu Santo en la Iglesia*, Salamanca 1974, 602-603.

³⁹ Cf. B. KLOPPENBURG, "A eclesiologia militante de LB", *Communio* n. 2 (1982) 126-147. J. RATZINGER em "Documento do Cardeal Joseph Ratzinger incriminando pontos do livro ICP", *Roma locuta: documentos sobre o livro ICP de LB*, Petrópolis, s/d, 2ª ed., 50-55. No mesmo dossiê editado pelo Movimento Nacional dos Direitos Humanos, p. 129-139, veja-se o texto da Congregação da Doutrina da Fé, "Notificação sobre o livro ICP. Ensaio de eclesiologia militante de Frei LB".

tes da tradição marxista, para analisar o mistério da Igreja irredutível a dimensões sociológicas (Romer, Congregação para a Doutrina da Fé)⁴⁰.

A Eclesiologia de LB não se enquadra dentro destas críticas que manifestam uma compreensão parcial de seus escritos ou uma interpretação além dos limites e precisões definidas pelo próprio autor em suas sucessivas explicações.

É uma eclesiologia que assume as contribuições e a crítica da realidade social oferecida pelas mediações sócio-analíticas e que caminha cada vez mais na elaboração de mediações filosóficas, prévias à reflexão teológica. O uso das mediações é considerado como meramente instrumental. Mas não haveria o perigo de cair numa posição pouco dialética ao pensar-se que não influem estas mediações na hermenêutica da fé? Este possível influxo deve estudar-se e precisar-se, pois não acarreta necessariamente a destruição da fé.

É uma eclesiologia que quer superar todo fundamentalismo e toda visão ingênua da relação do Jesus histórico com a Igreja. Aproveita a contribuição das investigações histórico-críticas. Quer também superar o cristomonismo da tradição eclesiológica latina desde o séc. XII, abrindo espaço para a fundamentação pneumatológica da Igreja que permite uma compreensão maior das novas realidades na vida da Igreja e que desdobra os marcos de uma eclesiologia exclusivamente jurídica: a dimensão comunitária, a riqueza dos carismas dados a todos os batizados, a leitura dos sinais dos tempos, a irrupção dos pobres como sujeito social e eclesial.

Eclesiologia da Igreja dos pobres, da fé comunitariamente comprometida na transformação das estruturas de injustiça para fazer possível a comunhão e a participação. Quer ser servidora dos pobres que vivem a Igreja nas CEBs e em milhares de grupos cristãos por todo o continente.

Eclesiologia que reconhece a santidade da Igreja, mas percebe a necessidade da permanente conversão, pessoal e institucional; conversão que passa pelo caminho dos pobres e que é oferecida a todos os homens. Em síntese, é uma eclesiologia que manifesta uma "recepção do Vaticano II" de maneira criativa na linha das opções de Medellín e Puebla, desde os pobres, desde sua busca e desde suas esperanças.

Poderiam assinalar-se outras observações críticas em torno a sua reflexão sobre a vida da Igreja no continente. Estas reconhecem o valor

⁴⁰ Cf. K. ROMER, "Na fé, um não ao livro; todavia uma palavra de confiança no homem de fé", *ib.*, 33-38. Cf. também a notificação da Congregação da Doutrina da Fé, *ib.*

da análise de LB, porém querem precisar ou alertar para outras dimensões:

1. Não há uma visão pouco dialética da relação CEBs-Igreja Institucional? Considera-se o influxo que se vive na direção da renovação oferecida à Igreja institucional por parte das CEBs. Não deveria considerar-se, além da contribuição da Igreja institucional às CEBs, o perigo que pode vir de uma "cooptação" de sua dimensão profética, como sucedeu com outros dinamismos proféticos na história da Igreja?

2. Percebe-se uma ausência da análise da importância e vivência da Eucaristia, como fonte de eclesialidade na vida das CEBs. Este ponto pode ser fundamental sabendo que, além da participação no corpo e no sangue de Cristo, se cresce na vinculação com a Igreja universal na comunhão e na coragem da fé fortalecida nela, como também se dá uma vinculação com a Igreja hierárquica através do presidente.

3. O uso do conceito "Igreja popular" não pode conduzir a interpretações errôneas de um fenômeno eclesial de imensos valores evangélicos? Este conceito no atual debate sócio-eclesiológico se encontra carregado de significações político-ideológicas que tornam difícil a comunicação e o diálogo com setores da Igreja que olham com desconfiança as CEBs. A expressão "Igreja dos pobres" possui a vantagem de retomar uma profunda riqueza de conteúdo bíblico, da tradição da Igreja, como também do Concílio Vaticano II.

(Tradução: Dionísio Körbes S.J.)

Gabriel Ignacio Rodríguez S.J. é bacharel em Teologia pela PUC/RJ e mestre em Teologia pela Faculdade do Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus (Belo Horizonte - MG). Professor de Teologia na Pontifícia Universidade Javeriana (Bogotá - Colômbia). Sua dissertação de mestrado versou sobre a relação entre as CEBs e a hierarquia na visão eclesiológica de Leonardo Boff.

Endereço: Carrera 10 Nº 65-48 - Bogotá, D.E. - Colômbia